

Quining the Gap: a consciência fenomenal revisada*

Maria Clara Dias
Centro de Ética e Filosofia da Mente

Em seu artigo “A problemática da consciência e a lacuna explicativa”¹ N. Kaufmann procura abordar o problema da redução da explicação de fenômenos que envolve aspectos mentais à explicação fisicista dos mesmos. Após colocar o problema com base em uma breve exposição das características peculiares aos dois tipos de fenômenos: fenômenos físicos e mentais, Kaufmann analisa os diversos usos do conceito de consciência, tentando lançar maior clareza sobre o dito *explanandum* da problemática em questão. Neste processo, destaca então o conceito de consciência fenomenal como aquele que reuni as propriedades *sui generis* do mental, ao menos aparentemente, irreduzíveis a uma abordagem fisicista. Numa terceira etapa, analisa criticamente a posição de McGinn e Chalmers. Finalmente, conclui apontando para o impasse a que chegamos diante da insustentável tentativa de demonstrar que a explicação do mental é, por princípio, irreduzível a explicação física e nossas mais familiares intuições de que a explicação fisicista dos fenômenos mentais parece deixar de fora o *essencial* da problemática da consciência.

Neste artigo, pretendo endossar a colocação do problema e o destaque dado ao conceito de consciência fenomenal propostos por Kaufmann, e corroborar a tese de que o problema do gap entre explicações mentais e fisicistas não pode ser encarrado como uma questão de princípio. Com base na análise da consciência fenomenal e das propriedades *sui generis* do mental, pretendo tomar uma posição quanto ao *explanandum* do problema que elimina o aparente fosso explanatório entre o mental e o físico. Mais especificamente, pretendo defender a tese de que as chamadas qualidades *sui generis* dos eventos mentais, reunidas sob o título de

*Este artigo é uma homenagem a Nicolas Kaufmann. Meu uso do neologismo “to quine” é retirado de Dennett, D. “Quining Qualia”, in A. Marcel and E. Bisiach (eds.) *Consciousness in Contemporary Science*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

¹Kaufmann, J. N., “A Problemática da Consciência e a Lacuna Explicativa.” *Princípios. Revista de Filosofia*, vol. 6, n.7 (1999), pp. 87-120.

qualia, se reportam a eventos físicos com características peculiares. Estes constituiriam, tal como Tye sugere, o conteúdo representacional, não-conceitual, do *input* de processos físicos cujo *output* seriam outros estados intencionais de conteúdo proposicional, sendo estes últimos passíveis, ao menos *prima facie*, de uma explicação funcionalista.

Por fisicismo podemos compreender, em linhas gerais, a perspectiva segundo a qual tudo o que existe ou que pode ser conhecido pertence ao mundo físico: ao domínio constituído pelos objetos e leis de uma microfísica elementar do futuro. Qualquer que seja a definição adotada de “mundo físico,” parece, no entanto, haver um conjunto de propriedades *sui generis* aplicáveis *de fato* a um grupo específico de objetos que, pelo menos à primeira vista, *não podem* ser atribuídas significativamente aos objetos físicos. É neste sentido que pareço ser o sujeito único da minha dor e que a mesma pareça só existir quando referida a mim. Dizemos, por exemplo, que “ninguém mais pode sentir a minha dor,” assim como também acreditamos que dor, tristeza, alegria e demais estados de espírito só existem enquanto são vivenciados ou enquanto pertencem a um sujeito. Minhas experiências perceptivas conscientes, minhas sensações corporais, emoções, paixões e humores parecem reportar-se a mim de uma tal forma que meu carro e minha roupa, por mais personalizados e relacionados à minha personalidade que eu queira interpretá-los, efetivamente não o fazem. Outra pessoa poderia ter o meu carro e a minha roupa, que, de resto, não deixam de existir tão logo deixem de ser posse de alguém. A “monopolização” de fenômenos mentais experienciais por um sujeito, por um “eu,” parece assim caracterizar uma forma de pertencimento intrínseco alheia aos objetos que estão contingentemente sob meu poder. Não deveríamos, então, distinguir os objetos aos quais tenho um acesso privilegiado, enquanto sou aquele que os *vivencia intrinsecamente*—isto é, os objetos que só podem ser “tidos” e conhecidos na *minha* perspectiva experiencial e que não subsistem a não ser em relação com sujeitos de experiência—de outros objetos aos quais me relaciono simplesmente porque sou aquele que os *tem* contingentemente? Se as propriedades características deste grupo de objetos, isto é, as propriedades da privacidade, do necessário pertencimento a um sujeito e da perspetividade não puderem ser atribuídas a objetos físicos, não deveremos então admitir a existência de entidades não-físicas?

Sob a suposição de que o mundo físico é causalmente fechado—as causas completas de eventos físicos incluem somente outros eventos físicos—estariamos então impossibilitados de estabelecer relações causais entre o grupo de eventos aos quais supomos pertencer nossas sensações, emoções, paixões e humores, por um lado, e os eventos físicos, por outro. Na melhor das hipóteses, os eventos fenomenais poderiam ser efeitos, mas jamais causas de eventos físicos. Mas estaremos realmente dispostos a admitir que estados fenomenais sejam causalmente irrelevantes?

O modo aparentemente incontornável com que somos tomados por tais convicções e que reagimos a aparente evidência de tais propriedades parece instaurar um fosso entre as explicações fisicistas e o que mais intimamente supomos ocorrer em certos contextos. Seria possível explicar no vocabulário fisicista, ou seja, em termos de uma microfísica elementar, ainda que do futuro, o que é ser o sujeito de determinadas vivências ou retratar este ponto de vista privilegiado que inevitavelmente assumimos diante de nossas sensações, emoções e humores?

Diante deste problema, parecem figurar três alternativas:

1. Aceitar o caráter *sui generis* dos objetos fenomenais e sua irreducibilidade ao domínio do mundo físico;
2. Mostrar que os objetos fenomenais *não* possuem realmente as propriedades *sui generis* mencionadas; ou mostrar que os mesmos não existem e, por conseguinte, que tais propriedades não se aplicam;
3. Reconhecer a existência de objetos fenomenais e de suas propriedades características, negando, porém, que estas não se apliquem também aos objetos físicos.

A primeira alternativa é claramente dualista, ou melhor, reabilita um dualismo ontológico no qual a relação entre o mental e o físico torna-se contingente, arbitrária ou mesmo impossível. Na melhor das hipóteses, seria possível resgatar um epifenomenalismo, onde o mental seria causalmente inerte. Nossas convicções materialistas do século XXI tornam, contudo, difícil compreender o que seriam objetos que não produzem efeito no mundo físico. Em outras palavras, postular a existência de algo parece implicar o reconhecimento de suas relações causais com outros objetos ou eventos físicos.

A segunda alternativa é reducionista ou eliminativista, ou seja: ou bem reduz os objetos fenomenais aos objetos físicos, negando suas características peculiares, ou nega a existência de tais objetos e como consequência o reconhecimento de propriedades *sui generis*. Esta alternativa deixa intacto o fisicismo, porém não nossas práticas cotidianas de atribuição de poderes causais a nossos estados mentais. A terceira alternativa parece compatível com o fisicismo, com um dualismo ou pluralismo de propriedades e com uma certa compreensão do caráter peculiar de algumas de nossas vivências.

Tanto a segunda quanto a terceira alternativa compartilham o núcleo das intuições fisicistas e a diferença entre ambas é bem mais sutil do que pode nos parecer a primeira vista. Algum tipo de reducionismo ou mesmo de eliminativismo parece inevitável até mesmo à terceira alternativa. A diferença entre ambas consiste apenas na tentativa desta última de conciliar o fisicismo com algumas de nossas mais caras intuições acerca de nossos estados subjetivos. Mas que estados subjetivos

especificamente? Ou melhor que características peculiares aos mesmos parece razoável sustentar junto ao fisicismo, ou seja sem abandonar o núcleo de nossas convicções fisicistas?

Aqui temos que tornar explícita uma tomada de posição frente ao que seria o *explanandum* do problema. O que parece oferecer resistência a uma redução fisicista não são os estados mentais em geral, mas certas propriedades que supomos pertencer a estados mentais específicos. São, como vimos acima propriedades como: privacidade, necessário pertencimento a um sujeito e perspectividade. Tais propriedades parecem exprimir o caráter subjetivo da experiência, ou seja, se reportam ao que é vivenciado única e exclusivamente na perspectiva do sujeito da experiência. Trata-se do conjunto de vivências para as quais Nagel introduziu a expressão “what it is like to be”.² Na perspectiva de Nagel, tais propriedades acompanhariam todo o tipo de evento intencional, ou seja, todo tipo de relação que envolvesse a consciência e seus objetos, constituindo o caráter subjetivo, irreduzível das mesmas. Neste artigo pretendo defender uma posição bem mais restrita frente as mesmas: uma posição que exclui deste âmbito nossos estados mentais como crenças, desejos e intenções cujo conteúdo relevante é uma atitude proposicional. Para justificar tal restrição pretendo mostrar que é possível fornecer, ao menos *prima facie*, uma descrição funcional de nossas atitudes proposicionais e que uma tal descrição parece não deixar de fora nenhum elemento relevante da compreensão das mesmas. O irreduzível caráter subjetivo da experiência - que estarei aqui compreendendo sobre o título de *qualia* - será, assim encarado como uma qualidade peculiar dos estados mentais relativamente aos quais a perspectiva de quem os vivencia parece acrescentar algo de irreduzível à própria experiência. Com isso pretendo de antemão caracterizar o problema da lacuna explicativa como dirigido especificamente aos estados mentais que parecem não poder ser descritos satisfatoriamente sem uma referência direta àquele que os vivencia ou, em outras palavras, a suas qualidades fenomenais. Antes de passarmos, portanto, ao que considero ser o problema da lacuna explicativa propriamente dito, pretendo expor brevemente o que poderia ser uma explicação funcional de nossas atitudes proposicionais, justificando assim, a restrição proposta.

A perspectiva funcionalista, em geral, caracteriza-se por identificar os estados mentais à função realizada por estados cerebrais ou ao estado cerebral que realiza esta função. O que torna um estado cerebral uma crença de conteúdo *p* é a sua relação com determinados estímulos sensoriais, com outros estados internos e com o comportamento. Neste sentido, os estados mentais são tanto causas internas do comportamento, como efeitos produzidos pelo mundo externo. Nas palavras de Jackson e Braddon-Mitchell:

²Thomas Nagel, “What it is like to be a bat”, in Nagel, T. *Mortal Questions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

... a teoria funcionalista da mente especifica estados mentais em termos de três tipos de cláusulas: as cláusulas de entrada que especificam que condições dão origem, tipicamente, a que estados mentais; cláusulas de saída que especificam que estados mentais dão origem, tipicamente, a que repostas comportamentais; e cláusulas de interação que especificam como estados mentais interagem tipicamente.³

Para que não haja circularidade na explicação, a caracterização de cada etapa deve ser realizada em termos meramente físicos, ou seja, os estados intencionais que pretendemos descrever em termos físicos não podem ser reintroduzidos na caracterização do *output*. Os *outputs* devem poder ser totalmente descritos em termos de alterações físicas no mundo. A descrição funcional de estados mentais envolve assim uma rede de relações físicas que inclui disposições comportamentais, causas típicas e outros estados mentais, desde que também caracterizados em termos de disposições comportamentais, ou seja, em termos funcionais.

A forma mais usual de exemplificar o funcionamento da teoria é através da construção de modelos, máquinas programadas para realizar um tipo de funcionamento específico. Neste caso, as ilustrações vão desde máquinas mais simples como as que nos oferecem coca-cola mediante a introdução de moedas de um determinado valor, até as máquinas conexionistas de tipo PDP (Parallel Distribution Process) ou redes neurais. Parece evidente que a complexidade das funções realizadas por nossos estados mentais exige modelos flexíveis e bastante complexos. Complexos talvez o suficiente para não sermos, ainda, capazes de descrevê-los. Neste sentido a proposta funcionalista parece vulnerável a uma objeção de fato, mas, se estivermos corretos, poderá mostrar que, em princípio, nada impede que todos os aspectos relevantes do mental possam ser descritos em termos físicos.

A mente humana, descrita funcionalmente, poderia, assim, operar como um programa flexível composto de vários módulos. No primeiro módulo estaria um scanner, responsável pela recepção dos *inputs*. A partir daí, podemos imaginar vários módulos entre os quais um módulo avaliador, responsável pela seleção das informações que chegaram à etapa final, ou seja, a produção de um comportamento específico. A peculiaridade deste tipo de programa estaria na sua capacidade de aprender, ou seja, de alterar o produto em função de um novo *input* que incluiria os efeitos produzidos pelo comportamento do agente nas etapas anteriores. Em outras palavras, o *output* gerado promoveria respostas externas que, por sua vez, seriam introduzidas no *input* e avaliadas pelo programa de forma a

³“... a functionalist theory of mind specifies mental states in terms of three kinds of clauses: input clauses which say which conditions typically give rise to which mental states; output clauses, which say which mental states typically give rise to which behavioral responses; and interaction clauses, which say how mental states typically interact.” (David Braddon-Mitchell e Frank Jackson, *The Philosophy of Mind and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1996, p.40.)

fornecer um novo resultado. Deste modo, um modelo programado para reconhecer letras, como o que é utilizado com sucesso nos correios, altera, ou melhor, aprimora, sua performance, na medida em que lhe são oferecidas grafias variadas de uma mesma letra e que o programador responde negativa ou positivamente ao seu reconhecimento ou não de uma letra. Tais modelos são capazes de reordenar os seus dados de forma a passar a reconhecer características anteriormente ignoradas. Com base na análise funcional de modelos com programa flexível passaríamos, assim, a atender uma das principais características do modelo humano: sua capacidade de aprendizado. Por esta via, outras características próprias aos humanos, como por exemplo, seu poder de deliberar e intervir no curso de suas ações - algo de que depende nossas práticas de atribuição de responsabilidade e liberdade a um agente – poderiam também ser resgatadas com sucesso.⁴

Supondo, assim, que uma descrição funcional de nossas atitudes proposicionais seja possível e que com uma tal explicação nada de essencial às mesmas se perca, o problema da lacuna explicativa ou o problema da redução fisicista passa a se concentrar exclusivamente na questão dos *qualia*. Como encaixa-los em uma descrição física do mundo? Ou ainda, a que exatamente tais propriedades se referem?

Se não estivermos dispostos a adotar uma perspectiva reducionista ou eliminativista que recuse de antemão que algo além de nossas próprias convenções lingüísticas possa estar na base da crença em tais propriedades e nos objetos aos quais se reportam, deveremos então ser capazes de fornecer uma descrição física das mesmas, ou em outras palavras, explicar em termos fisicistas como “ser o sujeito de certas vivências” (what it is like to be) pode desempenhar algum papel nas nossas disposições comportamentais, ou na nossa descrição funcional de nossos estados mentais. Tal possibilidade é o que pretendo analisar com base na teoria PANIC proposta por Michael Tye.⁵

A teoria PANIC é uma teoria dos eventos ou estados fenomenais como intencionais, porém não-conceituais. Tais estados podem acompanhar outros estados intencionais de conteúdo proposicional. Podem servir de *background* para processos cognitivos envolvendo estados intencionais de conteúdo proposicional. O decisivo, porém, é que os estados fenomenais intencionais *não* são eles mesmos conceituais. Sensações corporais como, por exemplo, a dor de dente ou o orgasmo são representacionais no sentido em que refletem causalmente, *em circunstâncias normais*, as alterações em partes específicas do corpo. Estas alterações formam o conteúdo representacional das sensações corporais. Tais representações (i) são o *output* de receptores nervosos respondendo a estímulos diversos no nosso corpo

⁴Sobre a defesa do compatibilismo com base em uma exposição do modelo do auto-domínio, ver: Simon Blackburn, *Think*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p.98.

⁵Tye, M. *Ten Problems of Consciousness*. Cambridge, Mass.: Bradford Books, 1998.

e (ii) integram o *input* dos processos cognitivos em que são, pela primeira vez, reveladas cognitivamente ao sujeito das representações. Tye diz, nestes casos, que mediante a ação de processos cognitivos operando sobre as representações não-conceituais o sujeito se torna consciente de (*aware of*) seus estados fenomenais. Tornar-se consciente de (*to became aware of*) suas próprias experiências é um processo cognitivo que subsume, pela primeira vez, a experiência fenomenal a conceitos. Só então o sujeito experiencial adota uma atitude epistêmica (cognitiva) frente a seus estados fenomenais. *Abaixo* deste nível de *awareness*—chamado tradicionalmente de “instrospecção”—está a consciência fenomenal (*consciousness*). O conteúdo fenomenal seria, portanto, mais bem descrito como representações não-conceituais de alterações físicas prontas a integrar o *input* intencional de processos que têm como *output* outros estados intencionais de conteúdo proposicional (*beliefs* e *desires*). Ser o sujeito de uma experiência fenomenal significaria assim ter, no *input* de certos processos cognitivos, representações adicionais, representações não-conceituais que poderiam promover respostas diferenciadas.

A explicação fornecida pela teoria PANIC nos permite acomodar o fisicismo à intuição de que a experiência de *ver vermelho* e de *saber o que é ver vermelho* sejam experiências distintas que compartilhem um mesmo conteúdo proposicional. Ou seja, algo de novo parece ocorrer a algum que *vê* pela primeira vez a cor vermelha, ainda que esta mesma pessoa já soubesse tudo o que fosse possível saber, em termos fisicistas, sobre o que seja *ver vermelho*. Aqui esbarramos no núcleo de um dos principais argumentos contra o fisicismo, o argumento do conhecimento. Para concluir, pretendo mostrar como a descrição da consciência fenomenal proposta pela teoria PANIC permite responder, sem qualquer restrição ao fisicismo, ao que teria ocorrido de *novo* na experiência de Mary.

Mary é a famosa cientista de Frank Jackson que conhece tudo sobre o mundo físico. Mary possui, por assim dizer, a totalidade do saber acerca dos elementos e leis da física do futuro através da qual definimos o próprio fisicismo. O conhecimento de Mary compreende, portanto, tudo o que pode ser compreendido no vocabulário fisicista. Após a apresentação da nossa personagem, vamos à estória. A brilhante Mary cresceu e apreendeu tudo o que sabe em um quarto preto-e-branco. Todo o seu contato com o mundo exterior se dá através de um monitor preto-e-branco e, para contribuir com o argumento, podemos imaginar que algo misterioso no quarto faz com que a própria Mary se veja em preto-e-branco. Um dia Mary é retirada do quarto e *vê*, pela primeira vez, tomates vermelhos, ou seja, *vê*, pela primeira vez cores. Mary já sabia que não apenas tudo a respeito de tomates, como também acerca da experiência de cores. Já sabia, portanto, que tomates maduros, hidrantes e cabines telefônicas inglesas são vermelhas. Já sabia também tudo acerca dos processos fisiológicos que acompanham a visão de cores. Neste ponto o fisicismo é então posto a prova: Supondo que compartilhem a intuição de que algo de novo de ocorreu quanto Mary viu cores pela primeira vez, não de-

veríamos também admitir haver algo na nossa experiência, mais particularmente, na nossa vivência de certas experiências que não pode ser descrito em termos físicos? O argumento de Mary parece apontar exatamente para a suposta distinção entre conhecer e vivenciar algo. Mary conhece tudo sobre as cores, mas nunca, antes de deixar o quarto, teve ela mesma a experiência de ver cores. Neste sentido, embora saiba o que é ver cores, nunca soube o que é ser alguém que vê cores. O que parece irreduzível ao fisicismo é, portanto, mais uma vez este caráter privilegiado da perspectiva de quem é o sujeito da experiência, em outras palavras, o caráter subjetivo da experiência.

Acompanhando o argumento, pretendo aceitar os diversos elementos que compõem o caso, por mais fantásticos que estes possam parecer. Não pretendo também negar a intuição básica de que Mary viveu algo novo ao sair do quarto. O que sim pretendo é negar que este algo novo não possa ser descrito em termos físicos, ou que represente o limite do próprio fisicismo. Se Mary já sabia tudo sobre tomates vermelhos obviamente o que ocorreu com Mary ao vê-los pela primeira vez em nada pode alterar seu conhecimento. Porém podemos dizer que algo de novo é introduzido na geração do conhecimento em questão. De acordo com a teoria proposta por Tye, novas representações, não-conceituais, passam a integrar o *input* dos processos cognitivos de Mary. Embora nada alterem do conteúdo cognitivo de Mary, tais representações poderão promover alterações no seu comportamento futuro. Poderão, por exemplo, habilita-la a selecionar com maior rapidez e eficiência os tomates que deseja colocar na salada. Os elementos introduzidos apontam para fatos que Mary já conhecia, posto conhecer tudo acerca do mundo físico. Porém sua introdução permite uma reorganização dos dados informacionais de que Mary dispõe e que determinam o seu comportamento. Segundo tal interpretação, o que Mary adquire não é um fato novo, mas uma nova forma de acesso a fatos por ela já conhecidos. Assim sendo, não haveria nem fatos que não pudessem ser cobertos por uma teoria física do mundo, nem acesso não-físico aos mesmos. O hipótese física sairia, mais uma vez incólume.

Se a descrição funcional de nossos estados mentais, em geral, e do suposto caráter subjetivo da experiência, em particular, for plausível, não estaríamos eliminando, não apenas o gap explanatório, mas também o vocabulário mentalista e práticas de explicação até então aceitas e bem sucedidas? Este é o ponto em que me parece razoável admitirmos estar diante de um dilema. Talvez este seja também o ponto que separa uma perspectiva meramente eliminativista de uma explicação funcional do mental. Não queremos simplesmente suprimir o mental, mas explica-lo de acordo com as regras do fisicismo. Mas se conseguirmos oferecer uma explicação convincente - que no futuro possa se comprovar correta -, parece que já não sobrar espaço para uma explicação de outro tipo. Nossas práticas explicativas parecem assim entrar em um progressivo processo de substituição. A causa do comportamento desordenado de um epilético já não poderia

comportar ao lado de si outra causa que não a própria epilepsia como síntese de uma série de processos neuro-fisiológicos. Possessão demoníaca ou complexos familiares são alternativas banidas pela aparente descobertas das *verdadeiras* causas do comportamento epilético.

Neste ponto, alguns de nossos mais respeitáveis interlocutores parecem pulular.⁶ Até aqui o fisicismo poderia parecer não representar uma autêntica ameaça a práticas hoje bastante consagradas. Mas quando as práticas com que estamos familiarizados se vêem ameaçadas, o feitiço parece virar contra o feiticeiro: que tipo de perspectiva é esta que - sem que possa fornecer um explicação mais substancial do mental, apelando apenas a possibilidades explicativas futuras - supõe poder colocar em xeque nossas práticas cotidianas bem sucedidas e consagradas ao longo do tempo? Aqui, nossa única resposta deve ser: trata-se de um fisicismo *prima facie*, uma aposta na futura compreensão funcional do mental que venha a preencher lacunas explicativas atuais e compatibilizar nossa descrição de projeto humano com nossas convicções materialistas.

⁶Penso aqui em autores como Lynne Rudder Baker que, embora assumidamente materialistas, procuram resgatar a credibilidade de práticas explicativas cotidianas envolvendo fatos psicológicos, econômicos e sociais. Sobre este tema ver: L. R. Baker, *Explaining Attitudes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.